

O IMPACTO DA COVID-19 NA SAÚDE DE SERVIDORES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Amanda Krishna Pinheiro Gonçalves¹

Priscila da Silva Antônio²

Everaldo José da Silva³

Pollyanna Salles Rodrigues⁴

Renata Valero Barbosa Franco⁵

Lázara Maria da Silva⁶

RESUMO

Objetivo: identificar as principais doenças infecciosas e parasitárias responsáveis pelas licenças médicas entre servidores da Fundação Universidade de Brasília durante os anos de 2019, 2020 e 2021. **Método:** Estudo quantitativo, descritivo, retrospectivo, por meio de análise documental de relatórios epidemiológicos emitidos pelo Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) da Universidade de Brasília (UnB), disponibilizados no site da Universidade. Foram levantadas as licenças médicas por doenças infecciosas e parasitárias dos servidores da UnB, no período de janeiro a dezembro dos anos 2019 a 2021. **Resultados:** Tratando de afastamentos para tratamento de doenças infecciosas e parasitárias, em 2019, 5,5% (187) dos servidores foram licenciados (1.106 dias de afastamentos). No ano de 2020, 10,4% (181) servidores foram licenciados, (1914 dias de afastamentos). Quanto ao ano de 2021, 9,75% (149) dos servidores foram licenciados (1.119 dias de afastamento). Dentre as causas dos afastamentos por doenças infecciosas e parasitárias, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), o mais recorrente nos respectivos anos foram: **2019** – Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível, **2020** – Infecção por coronavírus de localização não especificada, **2021** - Infecção por coronavírus de localização não especificada. **Conclusão:** Observa-se uma mudança significativa nas licenças médicas para tratamento de doenças infecciosas e parasitárias a partir do surgimento da COVID-19. No ano de 2019, as doenças que mais demandaram dias de afastamento foram diarreia /gastroenterite e dengue, os quais juntas, responderam a 809 dias de licenças. Comparativamente aos anos de 2020 e 2021 a infecção por coronavírus foi responsável 2643 dias de licenças.

Descritores: Doenças Ocupacionais, Licença Médica, Servidores públicos.

INTRODUÇÃO

O absentismo pode ser entendido como ausência do servidor ao trabalho, podendo se dar por inúmeros motivos, seja por doenças (mais comum), ou por afastamento para capacitação, acompanhamento de cônjuge, licença maternidade entre outros (SANTI, BARBIERI, CHEADE, 2018; ORMOND *et al.*, 2021).

Por este motivo o acompanhamento e organização dos dados epidemiológicos obtidos por meio consolidação dos dados de registros das licenças médicas realizados pela saúde

¹Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Ciências da Saúde – Departamento de Enfermagem. Brasília, Brasil

²Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Ciências da Saúde – Departamento de Enfermagem. Brasília, Brasil

³Universidade de Brasília (UnB). Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT). Brasília, Brasil

⁴Universidade de Brasília (UnB). Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT). Brasília, Brasil

⁵Universidade de Brasília (UnB). Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT). Brasília, Brasil

⁶Universidade de Brasília (UnB). Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT). Brasília, Brasil

ocupacional, constituem-se como ferramenta para realizar diagnóstico situacional e assim propor medidas de intervenção (BASTOS *et al.*, 2018).

No ano de 2019, o mundo foi surpreendido pela pandemia da COVID-19 gerando forte impacto na vida cotidiana das pessoas, nas quais podemos elencar a saúde pública, a economia, a educação. Os países, visando frear a disseminação do vírus, impuseram bloqueios e medidas de isolamento, determinando o fechamento de diversos locais, como espaços públicos, sociais, lazer e escolas, mantendo apenas os serviços essenciais e recomendando a permanência das pessoas em suas casas (LEMOS, BARBOSA, MONZATO, 2020).

Neste sentido, para seguir as recomendações de isolamento e distanciamento social, o teletrabalho ou *home office* foi uma das medidas encontradas pelos diversos segmentos e setores econômicos do país contornar as medidas impostas. O teletrabalho pode ser compreendido como “a modalidade de trabalho realizada fora das dependências do empregador, com a utilização de recursos tecnológicos e que não se enquadram na ideia de trabalho externo” (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2020).

Diante da crise pandêmica, a Universidade de Brasília adotou o ensino remoto e o *home office*, com vistas a frear a disseminação da COVID-19 nas dependências da universidade. Medidas como estas trouxeram algumas mudanças no perfil de adoecimento e de licenças dos servidores públicos (BENITES, LUNAS, 2021). Embora as licenças por COVID-19 não serem especificadas no início da pandemia, em razão da inexistência do diagnóstico específico, elencar e comparar os afastamentos relacionadas às doenças infecciosas e parasitária podem ser vistas como importante critério de avaliação da saúde dos trabalhadores durante a pandemia da COVID-19, fornecendo subsídios para o planejamento das ações em saúde ocupacional (LEMOS *et al.*, 2018; ORMOND *et al.*, 2021).

Diante do exposto questiona-se: quais foram as principais doenças infecciosas e parasitárias responsáveis pelas licenças médicas entre servidores da Fundação Universidade de Brasília (FUB) durante os anos de 2019, 2020 e 2021? O objetivo deste estudo é identificar as principais doenças infecciosas e parasitárias responsáveis pelas licenças médicas entre servidores da FUB durante os anos de 2019, 2020 e 2021.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, retrospectivo, por meio de análise documental de relatórios epidemiológicos emitidos pelo Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) da Universidade de Brasília (UnB), disponibilizados no site da Universidade. Foram levantadas as licenças médicas por doenças infecciosas e parasitárias dos servidores da UnB, no período de janeiro a dezembro dos anos

2019, 2020 e 2021. Por tratar-se de dados secundários, de domínio público, não houve a necessidade de submissão do comitê de ética em pesquisa com seres humanos da UnB.

Os relatórios epidemiológicos têm por objetivo mapear as doenças causadoras das incapacidades laborais temporárias, conforme a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde), dos servidores da UnB utilizando dados da homologação de atestados de saúde. Os relatórios da instituição fornecem dados relativos a dias perdidos de trabalho por licenças para tratamento de saúde do servidor e incluem as seguintes informações: a) as licenças médicas dos servidores da UnB, b) atestados médicos apresentados para tratamento da própria saúde, e c) licenças médicas que demandaram afastamentos de atividades laborativas. Os relatórios não incluem as licenças relacionadas a acompanhamento de tratamento de saúde de familiar, pensionista e dependente.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma análise comparativa das licenças médicas por doenças infecciosas e parasitárias dos servidores da UnB nos anos 2019, 2020 e 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra total foi composta por 553 afastamentos por doenças infecciosas e parasitárias dos servidores da UnB entre os anos 2019 a 2021. Este total de afastamentos foi composto por 7.287 servidores. O montante de dias de ausência ao trabalho neste período resultou em 4.544 dias. A média de dias para cada afastamento ficou em 8 dias.

Tratando de afastamentos para tratamento de doenças infecciosas e parasitárias, em 2019, 5,5% (187) dos servidores foram licenciados, totalizando 1.106 dias de afastamentos. No ano de 2020, 10,4% (181) servidores foram licenciados, totalizando 1914 dias de afastamento no ano. Quanto ao ano de 2021, 9,75% (149) dos servidores foram licenciados, totalizando 1.119 dias de afastamento.

Dentre as causas dos afastamentos por doenças infecciosas e parasitárias, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), os cinco mais recorrentes nos respectivos anos foram: **1. 2019** – 1.1 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (92 licenças, 294 dias, 81 servidores), 1.2 Dengue [dengue clássico] (68 licenças, 515 dias, 61 servidores), 1.3 Erisipela (6 licenças, 77 dias, 6 servidores), 1.4 Conjuntivite viral não especificada (7 licenças, 31 dias, 7 servidores), 1.5 Caxumba [parotidite epidêmica] sem complicações (6 licenças, 53 dias, 6 servidores).

A diarreia e gastroenterite, condição prevalente de licenças médicas nos três anos analisados, podem ser de origem bacterianas, virais, parasitárias e não infecciosas, o que impossibilita a especificação da origem causal (MORAES, CASTRO, 2014). É sabido que a própria Covid-19 pode causar sintomas gastrointestinais. Segundo Greenhalgh, Koh, Car (2020), “os sintomas gastrointestinais, como diarreia,

foram inicialmente considerados raros na COVID-19, mas há evidências emergentes de que podem ser mais comuns do que se pensava anteriormente”.

2. 2020 – 2.1 Infecção por coronavírus de localização não especificada (106 licenças, 1.305 dias, 102 servidores), 2.2 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (29 licenças, 73 dias, 28 servidores), 2.3 Dengue [dengue clássico] (26 licenças, 210 dias, 21 servidores), 2.4 Infecção viral não especificada (13 licenças, 156 dias, 13 servidores), 2.5 Doenças por vírus (6 licenças, 58 dias, 6 servidores). **3. 2021** – 3.1 Infecção por coronavírus de localização não especificada (92 licenças, 1119 dias, 88 servidores), 3.2 Infecção viral não especificada (18 licenças, 135 dias, 18 servidores), 3.3 Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (17 licenças, 55 dias, 17 servidores), 3.4 Doenças por vírus (11 licenças, 97 dias, 11 servidores), 3.5 Dengue [dengue clássico] (8 licenças, 66 dias, 7 servidores).

A diminuição do número de afastamentos no ano de 2021 por COVID-19 (queda de 14%), pode estar relacionado às campanhas de vacinação em massa que se iniciaram no Brasil em janeiro de 2021. Estudos apontam a relação direta entre a vacinação e a queda no número de infecções por Covid-19 no ano de 2021 (ORELLANA et al., 2022).

Limitação do estudo

Considera-se como limitação do estudo a não padronização das licenças por COVID-19 no ano de 2019. Este fato se dá pela inexistência deste diagnóstico neste momento. Os dados são referentes às licenças médicas por doenças infecciosas e parasitárias. Como nem todos os servidores da FUB tiraram licenças médicas por COVID-19, o número de servidores acometidos pode ser maior, não sendo possível a identificação dos casos não registrados.

CONCLUSÃO

Observa-se uma mudança significativa nas licenças médicas para tratamento de doenças infecciosas e parasitárias a partir do surgimento da COVID-19. No ano de 2019, as doenças que mais demandaram dias de afastamento foram diarreia /gastroenterite e dengue, os quais juntas, responderam a 809 dias de licenças. Comparativamente, o maior impacto na quantidade de dias de licença nos anos de 2020 e 2021 foi devido a infecção por coronavírus, responsável por 1305 (28,7%) e 1119 (24,6%) dias de licenças, respectivamente.

O presente estudo não identifica uma relação entre o *home office* e a diminuição das infecções por COVID-19 ente os servidores FUB, uma vez que *home office* foi adotado na instituição desde o início da pandemia.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. L. A *et al.* Sick leaves by mental disorders: case study with public servants at an educational institution in Ceará, Brazil. *Rev Bras Med Trab*, v. 16, n. 1, p. 53-59, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32270074/>. Acesso em 6 jul. 2022

BENITES, A. P.; LUNAS, J. R. S. Absenteísmo e COVID-19: O aumento de casos de afastamentos por licença médica durante a pandemia na Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul. Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.escolagov.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/TCC-ABSENTEISMO-E-COVID-19.pdf>. Acesso em 08 jul. 2022

GREENHALGH, T; KOH, G. C. H.; CAR, J. Covid-19: avaliação remota em Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, v. 15, n. 42, p. 2461-2461, 2020. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2461>. Acesso em 10 ago. 2022

LEMOS, A. H. C.; BARBOSA, A. O.; MONZATO, P. P. Mulheres em home office durante a pandemia da COVID-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de Administração de Empresas*, v. 60, n.6, p. 388-399, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603>. Acesso em 5 jul. 2022

MORAES, A. C.; CASTRO, F. M. M. Diarreia Aguda. *J. Bras. Med*, Rio de Janeiro, v. 102, n. 2, 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0047-2077/2014/v102n2/a4191.pdf>, Acesso em 10 ago. 2022

ORELLANA, J. D. Y. *et al.* Mudanças no padrão de internações e óbitos por COVID-19 após substancial vacinação de idosos em Manaus, Amazonas, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 38, n. 5, 2022. Disponível em:

<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static/arquivo/1678-4464-csp-38-05-PT192321.pdf>. Acesso em 10 ago. 2022

ORMOND, N. F. P. *et al.* Absenteísmo-doença: levantamento de estudos sobre perfil de adoecimento em um programa de mestrado profissional - PROFEPT. *Enciclopédia biosfera*, v. 18, n. 38, 2021. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2021D/absenteismo.pdf>; DOI: 10.18677/EnciBio_2021D2. Acesso em 07 jul. 2022

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. Fundação Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/26271?ano=2022>. Acesso em 01 ago. 2022.

RELATÓRIO EPIDEMIOLÓGICO DE INCAPACIDADE TEMPORÁRIA PARA O TRABALHO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA DOS ANOS 2019, 2020 e 2021. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://dgp.unb.br/relatorio-epidemiologico>. Acesso em 01 ago. 2022

SANTI, D. B.; BARBIERI, A. R.; CHEADE, M. F. M. Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. *Rev. bras. med. trab*; v. 16, n. 1, p.71-81, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bibli/882541>. Acesso em 07 jul. 2022

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Teletrabalho: O trabalho de onde você estiver. Material Educativo. Secretaria de Comunicação Social do TST. Justiça do Trabalho. 1ª edição, 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/2374827/Manual+Teletrabalho.pdf/e5486dfc-d39e-a7ea-5995-213e79e15947?t=1608041183815> Acesso em: 5 jul. 2022.